

Escola inclusiva: lugar de diálogo entre a educação e saúde

Thalia Costa Ferrari

Universidade Federal de Santa Maria - Brasil (UFSM),

thaliaferrari29@gmail.com;

Morgana Christmann

UFSM

fisiomorganac@gmail.com;

Carmen Rosane Segatto e Souza

UFSM

carmenrssouza@gmail.com;

Silvia Maria de Oliveira Pavão

UFSM

silviamariapavao@gmail.com;

Resumo

A educação e a saúde podem encontrar na escola inclusiva um ambiente favorável para o diálogo. Assim o objetivo deste artigo é investigar como a escola pode contribuir para as discussões acerca da saúde na perspectiva da inclusão. Para responder ao objetivo foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa exploratória, aplicando um questionário para professores de uma escola municipal do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A amostra totalizou 22 participantes e a maior parte concorda que a escola é um espaço privilegiado para o diálogo entre a educação, saúde e inclusão. Constatou-se que a escola passa por um momento delicado no Brasil, que sugere a criação de novas estratégias para a efetivação da educação. Em conclusão, os processos inclusivos requerem estratégias de ação com parcerias interdisciplinares e interinstitucionais.

Palavras chave: Educação. Saúde. Inclusão.

Introdução

Educar para saúde não significa apenas dotar os sujeitos de conhecimentos de saúde individual, uma vez que o conceito de saúde contemporâneo não se restringe somente a presença ou ausência de doenças. Tal conceito considera os fatores ambientais e socioeconômicos que agem direta ou indiretamente na saúde individual e coletiva (Almeida Filho, 2011). As práticas que encorajam a divisão do ser humano em áreas do conhecimento, são compreendidas como curativas e por isso pouco estimulam mudanças no âmbito pessoal e social que geram cuidados com a saúde.

Os diferentes setores sociais se configuram em experiências, que são importantes para reger as diversas situações de vida. Tais experiências ocorrem em todos os momentos da vida, contudo é na infância que o cuidado para com a aprendizagem de hábitos saudáveis necessita ser mais intenso, por parte de todos aqueles envolvidos com a educação. É na escola que a criança tem seu primeiro contato com o ambiente social, por isso é um espaço que necessita de incentivo a práticas de vida saudável (Christmann, 2015).

Ressalta-se, entretanto, que a articulação da família e da escola, num processo de educação que consiga suprir as necessidades do estudante é importante no contexto atual, pois, a presença das mídias tem influenciado significativamente nesta construção, sendo elas somativas ou não para a evolução de uma prática de vida saudável. Durante o processo de desenvolvimento da criança, seja ele biológico, psicológico e social a atenção da família e da escola são importantes uma vez que diferentes aspectos externos, como o citado, podem intervir no desenvolvimento (Christmann & Pavão, 2015).

É urgente que os educadores responsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem formal do estudante, avancem nas reflexões, com pesquisas para favoreçam o entendimento de noções básicas de saúde, em diferentes níveis de ensino, mas especialmente nos primeiros anos de vida. Para além disso, a escola se estrutura sob os preceitos da inclusão, que condicionam sua organização para a acolhida de todos os estudantes, sejam eles com deficiência, homossexuais, de diferentes raças, culturas e credos. Deste modo, a escola necessita se transformar, oferecendo igualdade de oportunidades.

Tendo em vista tais apontamentos, a questão que permeia a discussão se refere a: a escola é um espaço privilegiado para o diálogo entre as questões da saúde, educação e inclusão? Deste modo, o objetivo deste estudo é investigar como a escola pode contribuir para as discussões acerca da saúde e inclusão.

Método

Esta pesquisa trata do tipo qualitativa que “consiste em uma análise da realidade”, já que em todo o processo que envolve a exploração, há significados que estão ocultos e que devem ser encontrados, assim como aqueles que estão explícitos (Leopardi & Nietzsche, 2001: 225). Na investigação qualitativa “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (Prodanov & Freitas, 2013: 70).

No que se refere ao objetivo, a pesquisa teve caráter exploratório, a qual permite identificar as diferentes formas dos fenômenos, ao mesmo tempo em que amplia a explicação das relações de causa e efeito, favorecendo a compreensão do comportamento de diversos fatores e elementos que influenciam o fenômeno investigado (Lakatos & Marconi, 2002).

Este estudo foi realizado com professores de uma escola de um município do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, sendo a escola escolhida por conveniência. A escola conta com um quadro profissional docente de aproximadamente 70 professores, que foram convidados a participar do estudo. Para isso foi entregue para todos os professores uma folha com a questão de estudo, possibilitando ampla dissertação sobre ela. Juntamente com essa questão foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)¹, sendo solicitada a devolução do mesmo em um prazo final de 20 dias. Deste modo, aqueles que não retornassem com o questionário respondido e o TCLE assinado, seria considerado que não estiveram dispostos a participar, totalizando assim a participação de 22 professores.

¹Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Maria-Brasil, com o Registro CAAE: 58261816.1.0000.5346. Parecer: N°1.708.799.

A análise dos materiais foi realizada por meio da *Análise de conteúdo* clássica de técnica temática categorias *a posteriori* proposta por Bardin (2011). Deste modo, as categorias foram criadas a posteriori.

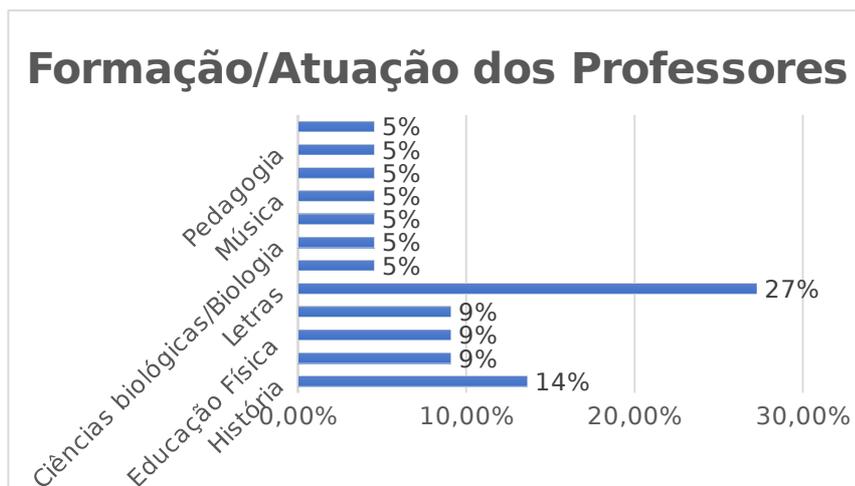
Resultados e discussão

A pesquisa retornou um total de 22 questionários, onde a pergunta que baliza esse estudo trata de: Você concorda com a premissa: “A escola é um espaço privilegiado para o diálogo entre as questões da saúde e educação e inclusão”. Justifique. Deste modo, são apresentadas as análises da questão referida, contudo inicialmente, é necessário caracterizar a amostra de professores que responderam a pesquisa.

A amostra foi constituída por professores² das diversas áreas do conhecimento (Gráfico 1), sendo que 13,63% (três sujeitos) tinham menos de 5 anos de formação, 31,81% (sete sujeitos) entre cinco e dez anos de formação e 54,54% (12 sujeitos) tinham mais de 10 anos de formação. No que se refere ao tempo de atividade profissional, 13,63% (três sujeitos), tinham menos de 5 anos de formação, 18,18% (quatro sujeitos) entre 5 e 10 anos de atividade profissional e 68,18% (15 sujeitos) tinham mais de 10 anos de atuação profissional.

Gráfico 1: Formação/Atuação dos Professores.

²O nome dos professores foi retirado para preservar a identidade dos mesmos, respeitando a ética na pesquisa com seres humanos. Foi atribuída a letra P (professor) e um número aleatoriamente, para identificar os participantes.



A análise preliminar apresenta as concepções que os professores têm sobre determinados conceitos, principalmente aquele envolvido com a inclusão. A maior parte dos professores tem mais de 10 anos de formação e de atuação profissional, o que indica que quando estes estavam em período de formação, muitas políticas voltadas a educação e a saúde estavam em transformação no Brasil.

Exemplo disso, no que se refere a saúde do escolar, em 2007 foi lançado o Programa Saúde na Escola, que surgiu num contexto de redefinição das políticas de saúde para Atenção Básica, com o Pacto pela Saúde, lançado em 2006 pelo Governo Federal e com expansão do então chamado Programa de Saúde da Família, hoje tratado como Estratégia de Saúde da Família (ESF). O Programa Saúde na Escola se propunha trabalhar com os aspectos relacionados a saúde e qualidade de vida dos escolares, por meio de atividades, palestras e parcerias da escola com a unidade básica de saúde da região (Christmann & Pavão, 2015).

Quanto a educação, houve no Brasil um aumento significativo de investimentos na área desde o ano de 2006, no governo do Presidente Lula, destinando recursos financeiros e projetos para o acesso de todos a educação, bem como a melhoria da qualidade de ensino. No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que data de 2008 e trata da obrigatoriedade da matrícula de estudantes com deficiência na escola regular,

estava sendo estruturada. Desde então discussões, reflexões e pesquisas têm sido desenvolvidas na área e tem revelado que após estes nove anos, ainda há muito que se fazer para garantir a inclusão destes estudantes, fator este que vem sendo discutido em todo o mundo desde o ano de 1990, com a publicação da Declaração de Educação para Todos (Brasil, 2008).

Entre os 22 respondentes, três sujeitos não concordaram com a afirmação, dois não deixam claro seu posicionamento e 17 concordam com a afirmação. Deste modo, são apresentadas duas categorias metodológicas, que se constituíram a partir das respostas positivas e negativas, dadas pelos participantes.

Escola como espaço de diálogo

O conhecimento do que é educação e de como ela se expressa, é fundamental para a educação em saúde. Na compreensão de conceitos, estão presentes as formas de ensinar e aprender que se constituem como processo efetivo de troca de quem ensina e de quem aprende (Pereira, Moreira, Cechin, e Pavão, 2009). A educação em saúde, tem como objetivo modificar hábitos e atitudes que influenciam no bem-estar e saúde dos sujeitos, caracterizando-se principalmente em promover mudanças no comportamento, para a aquisição de hábitos de vida saudável e conseqüente aumento da expectativa de vida.

A educação para a saúde tem como meta a capacitação das pessoas para uma prática de autocuidado para a vida. A reflexão sobre estes dois conceitos (saúde/inclusão) no âmbito educacional favorece a abertura, amplitude e acesso às informações corretas e seguras especialmente para os professores e estudantes no contexto escolar. Além disso, proporciona superação de ansiedades, medos, preconceitos, contribuindo na formação da sua identidade e cidadania. Essa abordagem de atenção a saúde no âmbito escolar, é preconizada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1996).

Neste aspecto, os professores evidenciaram que a escola é um espaço para debater e dialogar sobre as questões de educação, saúde e inclusão, uma vez que tal debate é social e necessita transpor os muros da escola.

A escola deve ser um espaço de cultura e cidadania. Estes elementos citados acima são pertencentes a sociedade, nos dizem respeito, enquanto seres humanos. A escola não deve estar a parte da realidade da sociedade, portanto deve problematizar, debater e discutir estas questões, que para além de sociais, são humanas e importantes para o exercício e construção de relações boas, sadias, que promovam transformação e conhecimento (P2).

Além disso, o professor 9 destaca que esse diálogo só é possível quando há “vontade, envolvimento e comprometimento”. Contudo reitera que “nem sempre existe diálogo na escola, depende de cada profissional privilegiar ou não”, assim o professor necessita estar aberto para tais discussões. Segundo o mesmo professor, o diálogo sobre estas questões parte daqueles ensinamentos que vem da família, ou seja, as experiências vivenciadas na sociedade e na família são importantes balizadores da formação de opinião do estudante, o que requer uma parceria com a família. Tais observações são também corroboradas pelo professor P10, sendo que o professor P1 destaca que “para muitos alunos, esse é o único espaço no qual os alunos terão oportunidade para discutir sobre essas questões”.

Assim o investimento no conhecimento sobre os aspectos que envolvem a saúde e a inclusão em especial, no contexto escolar, são fundamentais uma vez que muitos destes conhecimentos são levados para a família por meio dos estudantes. Além disso, a família necessariamente precisa fazer parte da vida escolar do estudante, contribuindo junto com a comunidade e a escola para uma educação integral, que favoreça também o conhecimento e reflexões sobre a promoção de saúde (Christmann, 2015).

Ao se relacionar as noções de educação para a saúde no cenário da educação inclusiva, destacam-se alguns pontos que se tornam caminhos de análise para novos conhecimentos, tais como: a noção de inclusão escolar não deve estar associada unicamente ao acesso das pessoas com deficiência a escola, pois o ser humano é um todo complexo que se realiza a partir de suas experiências vitais. Para isso ele precisa ter e manter sua saúde, tanto física como mental/intelectual.

Nesse sentido, os professores concordam que a escola é um lugar de diversidade e por isso a comunicação é fator importante para que se

desenvolvam atitudes de respeito ao outro, não somente em relação as pessoas com deficiência, mas todos as pessoas, cada uma com sua particularidade. Tal afirmação pode ser observada com as falas dos professores, “Também na escola poderão aprender a conviver com as diferenças”. (P1). “Concordo, pois oportuniza outros olhares, discussões e valoração da temática por que a Escola tem como um dos objetivos esse fim ou teria que haver momentos para esse espaço [...]” (P9). “Sim, pois é na escola que temos o espaço para construir e desconstruir o conhecimento [...].(P14).

A escola é reconhecida como um lugar, que se atribui significado na medida em que o estudante e toda a comunidade passa a sentir-se parte dela. O lugar é aquele em que as pessoas se sentem acolhidas, seguras e protegidas, onde o movimento causado pelos diferentes espaços, encontram quietude, possibilitando que cada pessoa possa manifestar e satisfazer seus desejos, mas também e principalmente, ser como se é, dividindo angustias, dúvidas e medos (Tuan, 2013). Sobre este aspecto, o participante P15, ao concordar com a afirmação, refere que a escola pode constituir-se em “um lugar de aprendizagem coletiva onde todos os profissionais relacionados ao tema podem trabalhar em conjunto e aprenderem coletivamente”.

Esse diálogo sobre os temas de saúde, educação e inclusão na escola, segundo os professores podem ocorrer por meio de parcerias (P15, P16, P19), uma vez que a maior parte deles não se sente capacitado para abordar sobre temáticas específicas de saúde e da própria inclusão, como pode ser observado na fala de P16:

Concordo e considero muito importante a comunicação entre educação e saúde, principalmente quando o assunto é a inclusão, já que muitos alunos incluídos necessitam de acompanhamento de neurologista, fonoaudióloga, fisioterapeuta entre outros profissionais da saúde e a troca de informações conosco é fundamental para que possamos atender da melhor forma possível os nossos alunos.

Tais parcerias podem ser estabelecidas com a Unidade Básica de Saúde, por meio do trabalho das Equipes de Saúde da Família ou pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família, que é constituído por uma equipe interdisciplinar que pode contribuir com orientações mais específicas. Além disso, este apontamento da professora, expõe a dificuldade já relatada na literatura, sobre as formas de

acompanhar os estudantes com deficiência na educação, referindo a importância do trabalho em rede com os serviços ofertados pelo sistema de saúde (Melo & Pereira, 2013; Freitas & Pavão, 2012).

Na discussão da formação do professor na perspectiva inclusiva, observa-se de um lado uma legislação brasileira que refere que o professor deve trabalhar com base na inclusão, de outro lado, observa-se as características de uma sociedade que não é inclusiva, dificultando essa efetivação (a legislação que se refere, trata da referência em Brasil, (2008)). Para que a inclusão escolar se efetive como paradigma, a sociedade necessita investir em mudanças que vão da acessibilidade física, a qualidade da formação de professores e em especial, as mudanças atitudinais.

A igualdade na educação é discutida por Belisário Filho (1999) quando aborda sobre a inclusão como um processo que aflora das práticas educacionais dos professores, estudantes e pais. Demonstra que a inclusão favorece todas as pessoas, crianças ou jovens, independente do comprometimento (sensorial, motor, físico ou intelectual). A saúde deve estar relacionada a serviço da educação. Essas informações ou modos de como trabalhar, parecem ser inatingíveis na aprendizagem do contexto escolar. Isso se refere a ocorrência de diferentes estados de saúde que acometem os estudantes, mas também aos processos de marginalização social provocados pela exclusão, principalmente em relação as diferenças.

No contexto da escola, o responsável pelo trabalho desenvolvido com estudantes é o professor, que os auxilia no processo de ensino aprendizagem e desenvolvimento. Para o professor atuar sobre os pressupostos da inclusão, ele precisa desenvolver atividades que incluam as diversidades de estudantes, o que acarreta em um desafio, especialmente quando ele tem estudantes com deficiência, assim “construir uma cultura de valorização a diversidade, exige de quem ocupa espaços de tomada de decisão, coragem e compromisso”(Santos, 2008: 53).

A educação inclusiva estampa uma nova lógica, que faz mudanças de comunicação da escola como um todo: sua dinâmica, docentes e discentes onde constroem experiência de vida. A legislação educacional focaliza todas as

ações que acontecem na escola e a consequência desses atos na figura do professor, pois o professor no contexto da educação inclusiva é responsável pelo intermédio da inclusão de estudantes que são público-alvo da educação especial. O professor que possui base através das suas experiências ao longo de sua formação inicial e continuada procura desenvolver e aplicar novos conceitos que possibilitem a atuação de forma desejada, como: o de atender a diversidade.

Assim sendo, resta à escola representada pelos educadores que nela atuam, definir a abordagem interdisciplinar como estratégia de atenção para a aprendizagem, favorecendo a implementação de práticas educativas inclusivas que promovam saúde e qualidade de vida. Neste aspecto, um profissional que favoreceria a aproximação dos três temas, poderia ser o professor de educação física, uma vez que ele por trabalhar com o corpo e seus movimentos, tem um conhecimento mais abrangente sobre os cuidados também com a saúde.

O professor de educação física tem um importante papel como interlocutor da discussão entre saúde e inclusão, uma vez que detém conhecimento sobre os aspectos relacionados a saúde humana, no que tange principalmente ao desenvolvimento humano e ao movimento corporal, mas também pelo envolvimento com as temáticas da educação, como a aprendizagem em seus diferentes aspectos. Considerando o aspecto físico, a educação física favorece o desenvolvimento e compreensão da consciência corporal e habilidades, refletindo sobre o movimento de cada segmento corporal na particularidade de cada estudante (Palma & Manta, 2010).

No contexto social, o professor de educação física pode realizar atividades que estimulem o estudante com deficiência a fazer parte das atividades com os colegas, o que auxilia nas relações afetivas, contribuindo para o respeito pelas diferenças (Chicon, 2008). Nas aulas de educação física o professor trabalha com inúmeras atividades educativas em grupo, que podem favorecer a inclusão. O fato das crianças com deficiência gostarem das aulas de educação física está vinculado a oportunidade que elas têm de serem inclusas nas atividades propostas (Nacif, Figueiredo & Neves, 2016). Deste modo é

importante que nas aulas de educação física, os conteúdos envolvam os diferentes aspectos de saúde e de inclusão proporcionando espaços de reflexão sobre tais assuntos.

Diferentes perspectivas

A discussão sobre a temática da inclusão, tem regido as reflexões de muitos professores, uma vez que a diversidade de estudantes que se encontram em suas salas de aula, requer que eles estejam preparados para acompanhar estes estudantes e contribuir para a sua aprendizagem, não como transmissão de conhecimento, mas como partilha e construção de conhecimento compartilhada entre os profissionais e os alunos.

Deste modo, na sociedade contemporânea a educação e saúde são entendidas como direitos, entretanto ao transpor essas noções em sua complexidade teórica e prática a inclusão social e escolar, em especial a maneira como a pessoa com deficiência vivencia esses direitos, depara-se com fortes questões de cunho epistemológico, ideológico.

Por este fato, a educação permanente talvez seja a melhor estratégia para qualificar a atuação dos profissionais na escola, dotando-os de conhecimento capazes de serem empregados na sala de aula, o que favoreceria a qualidade da atenção, mas também a tranquilidade do professor ao atuar com estudantes com deficiência.

Para além disso, a discussão sobre os temas de saúde e inclusão na escola são enredos que se manifestam há muitos anos e a literatura tem evidenciado as potencialidades de tais discussões no ambiente escolar. Além disso, as políticas de educação no Brasil e as Diretrizes Curriculares Nacionais, evidenciam a importância desta discussão no meio educacional (Brasil, 1996). Assim a negativa de três professores sobre a pergunta causa espanto e denota algumas considerações.

O pesquisado P6 refere que não concorda com a afirmação, justificando, de modo objetivo, que “o envolvimento das políticas públicas com a educação não é sério”. Na mesma lógica, o pesquisado P13, refere “Não concordo, pois

sempre vai para o lado político e nada é feito”. Tais respostas, podem ter uma estreita ligação com a desvalorização da profissão de professor que tem ocorrido no Brasil e em especial no Estado do Rio Grande do Sul, com o parcelamento de salários do funcionalismo público estadual.

Da mesma maneira, com o momento político e econômico em que o País, passa, com escândalos envolvendo a corrupção e o corte de investimentos, principalmente na área da educação e saúde, pelo atual governo federal, podem estar disseminando uma sensação de descrédito com as políticas e seus governantes. Ainda em 2007, se referia que: "com a séria crise orçamentária e financeira que vive a União, os estados federados e os municípios, torna-se necessária e de fundamental importância a discussão sobre outras fontes de financiamento para a educação [...]" (Fortunati, 2007: 47). Tal afirmativa se mantém presente depois de 10 anos, enfatizando a urgência de criação de novas estratégias para suprir as necessidades da educação, e garantir o direito constitucional.

No que se refere as concepções dos professores sobre os assuntos referidos, elas são influenciadas pelas representações sociais, mas também pelas transformações sociais, que exigem cada vez mais adequação as novas exigências das demandas da sociedade. Os sistemas governamentais vigentes nos países contribuem para a construção de concepções tidas como aceitas e por isso condicionam os indivíduos a adequação (Giddens, 1993).

Assim, nas relações de trabalho estabelecidas nas escolas e nos demais ambientes sociais estas afetações também podem ser detectadas. Conforme Dejours (1994) ao estudar as relações de trabalho, verifica-se a necessidade de investigar as repercussões psicológicas a que estão submetidos todos os trabalhadores, em maior ou menor instância no momento em que interagem com a organização do trabalho. Estas influências são decorrentes de um processo que é interativo entre as expectativas e compreensões do sujeito, e que nem sempre encontram ressonância na forma de trabalho que realiza.

Nesta situação, Dejours (1994) refere que o trabalhador pode entrar em sofrimento, que verdadeiramente é provocado quando ele é induzido a construir formas de superar esta supressão e adequá-la ao trabalho. Ou seja,

cada sujeito necessita construir formas de trabalho que não causem sofrimento psíquico, pois é por meio desse processo psicológico, que o sujeito é capaz de superar os desafios cotidianos, aprendendo e desenvolvendo simultaneamente formas para lidar com os contrastes da vida.

Frente a estas considerações que envolvem a prática profissional no mundo do trabalho, outro professor (P18), refere não concordar já que “em relação a saúde abordamos os assuntos de maneira geral e de forma a sanar apenas as dúvidas pontuais dos alunos” e refere ainda que discutem “[...] de forma mais ampla os aspectos de educação e inclusão”. (P18). Tal apontamento está coerente com o que os professores que concordaram com a afirmação já evidenciaram, a necessidade de um trabalho com equipes interdisciplinares.

Neste aspecto, o ambiente escolar é considerado um lugar no qual o trabalho interdisciplinar, “pode favorecer uma melhor qualidade de ensino, beneficiando o desenvolvimento da autonomia, a formação de cidadãos críticos, reflexivos e autônomos” (Christmann, 2015: 20). Da mesma maneira, a autora refere que as escolas que trabalham numa perspectiva de aquisição de hábitos de vida saudáveis, discutindo os aspectos envolvidos com a educação e a saúde, com condições ambientais (estrutura, atitudes) favoráveis, bem como relações interpessoais harmônicas, tem melhores condições de ofertar um processo de ensino e aprendizagem inclusivo (Christmann, 2015).

As interlocuções que podem ser estabelecidas entre a educação e a saúde nos processos de inclusão, envolvem um leque de fatores que fazem parte de um processo que é dialógico, que em última instância se estabelece nas representações mentais, conforme definidas pela Psicanálise, assim com perpassam pelas representações sociais como se refere Moscovici (2004).

Conclusão

A escola é um espaço de aprendizagem e também de socialização, favorece ao estudante conceber e praticar sua cidadania, enquanto ser dotado de direitos igualitários de convivência e com respeito, sobre os pressupostos de dignidade

humana. A escola é, portanto, um local de diálogo, onde os diferentes temas sobre a vida humana, devem ser abordados. A saúde é um destestemase tem na escola um espaço fértil e propício de discussão, uma vez que as crianças e adolescentes em desenvolvimento, tem melhores condições de adquirir o hábito de cuidado com a saúde.

Os temas saúde, educação e inclusão, devem ser abordados pelos profissionais das diferentes disciplinas curriculares, contudo, os professores de educação física poderiam contribuir mais facilmente, pois tem formação para adentrar, mesmo que sem grande profundidade, em tais assuntos, além de estabelecer parcerias com os profissionais das diversas áreas do conhecimento. Ainda, esse tema não deve ser obrigação só da escola ou equipe diretiva, mas envolve a família e a comunidade.

Referências

- Almeida Filho, N. (2011). *O que é saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: 70 ed.
- Belisário Filho, J. F. B. (1999). *Inclusão: uma revolução na saúde*. Rio de Janeiro: WVA.
- Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*, nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- Brasil.(2008) Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.
- Chicon, J. F. (2008). *Inclusão e exclusão no contexto da educação física escolar*. *Movimento*, 14(1),13-38. Recuperado de <http://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/3760>.
- Christmann, M. (2015). *A deficiência física e o processo de inclusão na escola regular: justaposições das condições de saúde e aprendizagem*. (Dissertação de mestrado). Centro de Educação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil.

- Christmann, M., & Pavão, S.M.O. (2015). A saúde do escolar cuidada por práticas governamentais: reflexos para a aprendizagem. *Revista de Educação-PUC-Campinas*, 20 (3), 257-277. ISSN 2318-0870.
- Dejours, C. (1994). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana, à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho* / Christophe Dejours, Elisabeth Abdoucheli, Christian Jayet, Maria Irene Stocco Betiol (Coord.) São Paulo, SP: Atlas.
- Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. 4. Ed. São Paulo: UNESP.
- Fortunati, J. (2007). *Gestão da Educação Pública: caminhos e desafios*. Porto Alegre: Artmed.
- Lakatos, E.M., & Marconi, M.A. (2002). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 5. Ed. rev. ampl. São Paulo, SP: Atlas.
- Leopardi, M.T. & Nietzsche, E.A. (2001). Método científico. In: Leopardi, M. T. *Metodologia da pesquisa na saúde*. Santa Maria: Pallotti.
- Melo, F.R.L.V., & Pereira, A.P.M. (2013). Inclusão escolar do aluno com deficiência física: visão dos professores acerca da colaboração do fisioterapeuta. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 19(1), 93-106. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000100007.doi.org/10.1590/S1413-65382013000100007
- Moscovici, S. (2004). *Representações sociais: investigação em psicologia social*. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense.
- Nacif, M.F.P., Figueiredo, D.H., & Neves, C. M. et al. (2016). Educação Física Escolar: Percepções do Aluno com Deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 22(1), 111- 124. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141365382016000100111&script=sci_abstract&tlng=pt.doi.org/10.1590/S1413-65382216000100009.
- Palma, L.E. & Manta, S.W. (2010). Alunos com deficiência física: a compreensão dos professores de educação física sobre a acessibilidade nos espaços de prática para as aulas. *Revista Educação*, 35(2), 303-314. doi.org/10.5902/198464442080.
- Pereira, A.D.A.; Moreira, A.R.; Cechin, I.C.C.F. & Pavão, S.M.O. (2009). Escola: lugar de aprender a cuidar da saúde. In: Pereira, A.D.A (Orgs.).

Interfaces da educação para a saúde na escola. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano.

Prodanov, C.C. & Freitas, E.C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.* 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale.

Santos, M.C.D. (2008). Educação inclusiva: direito inquestionável. *Inclusão: Revista de Educação Especial*, 4(2), 48-50. ISSN: 1808-8899.

Tuan, Y.F. (2013). *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.* Londrina: Eduel.